



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/07/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 4
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CONVÊNIOS.....	5
3. JORNAL EXTRA	
3.1. CONVÊNIOS.....	6 - 8
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CONVÊNIOS.....	9 - 10
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CONVÊNIOS.....	11 - 14
5.2. OBRAS / REFORMAS.....	15
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. CONVÊNIOS.....	16 - 17
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CONVÊNIOS.....	18 - 20
7.2. PLANTÃO NO TJMA.....	21

GOVERNO, TJ E MP

CRIADA FORÇA-TAREFA PARA COMBATER CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL NO MARANHÃO



O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. O governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha (foto). - Pag. 3

GOVERNO, TJ E MP

CRIADA FORÇA-TAREFA PARA COMBATER CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL NO MARANHÃO



O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a

continuidade de programas e projetos sociais. “Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca”, ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional – que passa pela maior crise desde 1929 – e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o

prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. “Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio”, reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade

produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. “Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação”, apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explanou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão

mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquiridos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. “Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam

das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população”, sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. “A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais”, afirmou.

▬ COMBATE À SONEGAÇÃO ▬

Judiciário integra a Força-Tarefa

Com atuação direta da Justiça de 1º Grau, por meio das Varas de Execução Fiscal, Fazenda Pública e contra Crimes de Ordem Tributária, além do 2º Grau, o Judiciário maranhense integra a Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal. O Termo de Cooperação da ação foi assinado na manhã desta segunda-feira (11), entre o Judiciário, Governo do Maranhão e Ministério Público, no Salão de Atos do Palácio dos Leões.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, o governador Flávio Dino e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, assinaram o documento, que estabelece a atuação de cada Poder, nos mecanismos que serão acionados com o objetivo de recuperar créditos tributários e, efetivamente, combater os crimes de sonegação fiscal. Entre essas ações, estão os mutirões de julgamentos que serão realizados.

“O Judiciário vem, ao longo do tempo, tentando combater esse mal que tanto prejudica o Estado. E o pior é que a sonegação fiscal se dá, em sua grande parte, por pessoas que têm poder de pagar e não por pequenos devedores. Estamos dispostos a trabalhar e a dar continuidade a essa ação que beneficiará toda a população do Maranhão”, disse o desem-

bargador Cleones Cunha.

O presidente do Judiciário anunciou aos presentes o desenvolvimento de um projeto, já de conhecimento da Procuradoria do Estado, sobre protesto fiscal, que visa acabar com os executivos fiscais de pequenos valores para que esses sejam resolvidos de forma mais rápida e fácil, deixando as execuções fiscais de fato para os grandes devedores.

“São esses que prejudicam mais o Estado, consequentemente, a população, que é privada do direito de receber os serviços do poder público”, comentou.

ECONOMIA – Para o governador Flávio Dino, a ação firmada reforça o trabalho independente das instituições, porém harmônico. Para ele, é o momento de atuar de maneira mais efetiva na busca pela recuperação tributária do Estado, essencial no atual momento econômico difícil, que o país vive e, em que o Maranhão perde mais de R\$ 1 bilhão, nas transferências federais através do Fundo de Participação do Estado.

“Apesar da dificuldade, estamos fora da lista dos 10 estados que estão parcelando salários do funcionalismo público e queremos nos manter assim até o Natal. Vamos chegar até lá com salários em dia, garanto.

Sonegação fiscal

O Judiciário maranhense está integrando a Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal. O Termo de Cooperação da ação foi assinado na manhã de ontem, entre o Judiciário, Governo do Maranhão e Ministério Público, no Salão de Atos do Palácio dos Leões.

O documento estabelece a atuação de cada Poder, nos mecanismos que serão acionados com o objetivo de recuperar créditos tributários e, efetivamente, combater os crimes de sonegação fiscal. Entre essas ações, estão os mutirões de julgamentos a serem realizados.

**Governo, TJ e MP
criam força-tarefa para
combate ao crime de
sonegação fiscal**

PÁGINA 5

SOMANDO FORÇAS

Governo, TJ e MP criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. “Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca”, ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional – que passa pela maior crise desde 1929 – e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem evidenciado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. “Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio”, reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre.

“Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação”, apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explanou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquéritos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Go-

verno está de parabéns por propor esse convênio. “Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população”, sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. “A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais”, afirmou.

FOTO: KARLOS GEROMI



Convênio foi assinado com a presença de representantes do Estado, Tribunal de Justiça e Ministério Público

POLÍTICA

Governo, TJ e MP criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal



Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões

Governo, TJ e MP criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal

Durante solenidade realizada o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada ontem (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. "Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca", ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional - que passa pela maior crise desde 1929 - e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminui-



Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões

ção do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem emvidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. "Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio", reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. "Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema

tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação", apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explicou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquéritos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de

Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. "Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população", sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. "A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais", afirmou.

Governo, Tribunal e Ministério Público criam força-tarefa para combater sonegação fiscal

P3c1



Governador Flávio Dino assinou convênio de cooperação técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal

Governo, TJ e Ministério Público criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nessa segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimen-

sões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. “Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca”, ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional – que passa pela maior crise desde 1929 – e citou que estados e municípios passam por difi-

culdades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. “Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômi-

cas que levam a este convênio”, reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. “Então, exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário, temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desigualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação”, apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explanou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAPZ) efetuará levantamento dos inquéritos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. “Quan-

do em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população”, sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. “A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais”, afirmou.



Convênio foi assinado com a presença de representantes do Estado, Tribunal de Justiça e Ministério Público

Sonegação nega o acesso da população mais pobre a direitos básicos, diz procurador-geral



Procurador-geral de Justiça assinou Convênio de Cooperação Técnica

Na manhã dessa segunda-feira, 11, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, assinou o Convênio de Cooperação Técnica para a atuação no combate aos crimes de sonegação fiscal. De iniciativa do Executivo estadual, também assinaram o documento o governador Flávio Dino e o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Carvalho Cunha.

A solenidade foi realizada no Palácio dos Leões e contou com a presença de diversas autoridades, principalmente do Executivo, Judiciário e Ministério Público.

O objetivo do convênio é promover a atuação conjunta das instituições para recuperação de créditos fiscais, combate à sonegação dos tributos e respeito ao patrimônio público do Maranhão.

Do MPMA, além de Gonzaga, compareceram os promotores de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos (Defesa da Ordem Tributária e Econômica), José Osmar Alves (Defesa da Ordem Tributária e Econômica) e Nahyma Ribeiro Abas (Defesa do Patrimônio Público), da Comarca de Imperatriz.

“Este é um momento muito importante, porque o Ministério Público participa deste convênio de cooperação para combater a sonegação fiscal, que é uma das formas de corrupção e uma das causas da imensa desigualdade social do Brasil”, afirmou Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Citando o escritor sociólogo Gilberto Freyre, que ressaltou em sua obra a diferença entre o Brasil dos ricos e o dos pobres, Gonzaga afirmou que a sonegação nega o acesso da população mais pobre a direitos básicos e a serviços públicos essenciais. “Temos que melhorar os indicadores soci-

ais do estado. Precisamos de um Maranhão mais justo”, completou.

O governador Flávio Dino enfatizou que a ação de combate à sonegação fiscal vai ajudar o Maranhão a driblar a acentuada crise fiscal e financeira, que está comprometendo as contas de alguns estados brasileiros. “Precisamos de tributos para manter os serviços públicos. Muitos estados já não conseguem pagar as contas em dia. Mas, no Maranhão, estamos fazendo a nossa parte. Por isso, vamos lançar mão da economia de despesas, bem como do incremento da receita”, disse.

Convênio

Durante a apresentação do convênio, o secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Alves, afirmou que o convênio foi assinado pela primeira vez em 2003, mas houve uma descontinuidade nas ações ao longo dos anos. “Era necessário retomar o trabalho conjunto de recuperação dos créditos fiscais”, ressaltou.

O convênio tem a finalidade de propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos poderes e do Ministério Público, por meio de mecanismos de integração, de cooperação técnica e de comunicação regular, objetivando dar agilidade e efetividade na aplicação das Leis nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), nº 8.137/90 (Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária) e nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), para a garantia da ordem tributária e da recuperação dos créditos fiscais no Maranhão.

Do Ministério Público do Maranhão, integram a ação as Promotorias de Defesa da Ordem Tributária e Econômica e as Promotorias de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo com o convênio, caberá à Secretaria da Fazenda, em conjunto com a Procuradoria Geral de Justiça, a formalização de protocolo com a finalidade de combater os crimes contra a ordem tributária, observando os seguintes itens: elaboração de decreto visando à implementação da representação fiscal para fins penais; elaboração de roteiro operacional concernente à obtenção de provas; e definição da forma de ajuizamento direto pelo Ministério Público de pedidos de medidas cautelares penais.

O MPMA dará total apoio às Promotorias de Defesa da Ordem Tributária e de Defesa do Patrimônio Público, assumindo o compromisso de especializar seus membros, assegurando-lhes participação em cursos e congressos sobre a defesa da ordem tributária, garantindo ainda a uniformização das ações nas diversas regiões do estado, até dezembro de 2016, com o objetivo de reforçar o trabalho desenvolvido pelos promotores de justiça no combate à sonegação fiscal.

A Procuradoria Geral de Justiça viabilizará, ainda, por meio de convênio com outros Ministérios Públicos, Ministério da Fazenda, Banco Central e Polícia Federal, a capacitação dos membros das instituições componentes da força-tarefa.

As Promotorias de Defesa da Ordem Tributária e Econômica decidirão pela instauração de inquérito, pelo encaminhamento das peças às comarcas competentes ou pelo oferecimento de denúncia.

O órgão destinado à execução das atividades previstas neste instrumento é denominado Força-tarefa de combate à sonegação fiscal e terá uma coordenação, cujo titular será um dos promotores de justiça da Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, um procurador do Estado e o secretário da Fazenda, em sistema de rodízio de um ano para cada, iniciando-se com o representante do Ministério Público.

Compõem a Força-tarefa os promotores de justiça a Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, o juiz da 8ª Vara Criminal de São Luís, o secretário de Estado da Fazenda, o procurador-geral do estado, os delegados de polícia em exercício na delegacia da Fazenda, entre outros. (CCOM-MPMA)

OAB solicita ampliação do Fórum da Comarca de Açailândia

Os membros da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Açailândia, Stela Anicácio (presidente), Daniel Galvão (vice-presidente) e Waldelicy Gonçalves (secretária-geral) solicitaram melhorias e ampliação do Fórum da comarca, em reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, nessa segunda-feira (11).

Os advogados ressaltaram que o Fórum já apresenta limitação de espaço físico, dada à crescente demanda da comarca, como a falta de vagas de estacionamento e a destinação do Salão do Júri para abrigar o arquivo da Justiça local.

“Conhecemos as dificuldades financeiras que o Judiciário enfrenta atualmente, mas pedimos um esforço e a busca de parcerias para melhorias parciais”, ressaltou a presidente da subseção, Stela Anicácio.

Os membros da OAB informaram sobre a existência de um projeto de ampliação do prédio, já elaborado pela Diretoria de Engenharia do TJMA, e ainda não implantado por insuficiência de recursos. Eles também frisaram que existem

Ribamar Pinheiro



Presidente do TJMA recebeu os membros da OAB em seu gabinete

duas varas já criadas e não instaladas para Açailândia.

O presidente do TJMA reafirmou as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela administração, que tem buscado diversas formas de cortar gastos com telefone, combustível, papel, entre outros itens.

Ele assegurou que irá definir com a Diretoria de Engenharia sobre a possibilidade de implantação do projeto de ampliação ou reforma do Fórum de Açailândia e os trâmites necessários – conforme as disponibilidades orçamentá-

as – dando prioridade à retirada do Arquivo da área do Salão do Júri. O desembargador deu explicações sobre a impossibilidade de instalação de varas, na comarca para este ano.

Cleones Cunha também ressaltou o esforço para priorizar o preenchimento de varas já instaladas que se encontram sem juízes titulares. “Temos uma prioridade na instalação da próxima vara, que é para a comarca de Buriticupu”, informou. *(Juliana Mendes – Asscom TJMA)*

COMBATE AOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL

GOVERNO, TJ E MP CRIAM FORÇA-TAREFA

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário. **Página-3**



Governo, TJ e MP criam força-tarefa para combate aos crimes de sonegação fiscal

Karlos Geromy

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. “Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca”, ressaltou.

No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional – que passa pela maior crise desde 1929 – e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou ainda que



Governador Flávio Dino destacou a importância da criação da força-tarefa para a área econômica e social

o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. “Nós precisamos lançar mão não só desse pilar atinente a contenção de despesas, mas também o incremento de receitas. Essas são as razões econômicas que levam a este convênio”, reiterou.

De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre. “Então exatamente quando nós buscamos a calibragem do sistema tributário temos que encontrar uma forma de corrigir essa perversa desi-

gualdade. E uma das formas é exatamente combater a sonegação”, apontou.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal.

Ele explicou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquéritos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão. O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cu-

nha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre do estado e que o Governo está de parabéns por propor esse convênio. “Quando em regra as pessoas que devem ao Estado são pessoas que tem o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população”, sublinhou.

O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. “A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada, pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazelha aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais”, afirmou.

Governo do Estado, TJMA e MPE criam Força-Tarefa de Combate à Sonegação

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade, ontem, no Palácio dos

Leões, foi firmada a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

PÁG. 3 [C1]

Karlos Geromy



Convênio foi assinado com a presença de representantes do Estado, Tribunal de Justiça e Ministério Público

“Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca”
(Flávio Dino, governador do Estado)

Governo, TJMA e Ministério Público criam Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal

Karlos Geromy

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Maranhão assinaram Convênio de Cooperação Técnica para atuação conjunta no combate aos crimes de sonegação fiscal. Em solenidade realizada nesta segunda-feira (11), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino, o desembargador Cleones Cunha e o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, firmaram a força-tarefa conjunta com o objetivo de implementar medidas concretas e eficazes de combate à sonegação e de recuperação do crédito tributário.

O governador Flávio Dino explicou que a iniciativa tem efeitos em múltiplas dimensões, importantes tanto para a economia quanto para a continuidade de programas e projetos sociais. “Na dimensão social, representa a busca dos meios para a consecução do grande objetivo de qualquer estado democrático que é a ampliação do acesso aos serviços públicos, e para isso nós precisamos dos meios materiais tendentes e conducentes a tanto. E isso só é possível mediante uma carga tributária justa, e é isso exatamente que a gente busca”, ressaltou. No que diz respeito à dimensão econômica, Flávio Dino fez uma análise da atual conjuntura nacional – que passa pela maior crise desde 1929 – e citou que estados e municípios passam por dificuldades por conta da queda dos repasses federais. No Maranhão, por exemplo, o



Convênio foi assinado com a presença de representantes do Estado, Tribunal de Justiça e Ministério Público

prejuízo com a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) será de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Ele destacou, ainda, que o Governo do Maranhão tem envidado esforços para diminuir as despesas e manter a normalidade do bom funcionamento dos poderes do Estado, das unidades de saúde, segurança, o pagamento dos funcionários e a manutenção daquilo que a sociedade sabe que é essencial. De acordo com Flávio Dino, o convênio cumpre ainda o princípio da capacidade produtiva, já que a população que tem renda menor tem o imposto retido no contracheque, dificilmente comete o crime de sonegação fiscal e é amplamente prejudicada quando esse crime ocorre.

O secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro, fez uma apresentação sobre as áreas

de atuação de cada órgão que participará da força tarefa de combate à sonegação fiscal. Ele explicou que o Governo, por meio da Sefaz e da Procuradoria Geral do Estado, e o Ministério Público organizarão mutirão para levantamento do estoque de processos administrativos e judiciais, bem como a Delegacia Especializada dos Crimes contra a Fazenda Pública (DEFAZ) efetuará levantamento dos inquéritos, estabelecendo prazo razoável para a sua conclusão.

O Tribunal de Justiça organizará mutirão nas Varas da Fazenda Pública, notadamente em relação ao executivo fiscal, que estejam com excesso de processo em atraso. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que a sonegação fiscal só prejudica a população mais pobre

do estado.

“Quando, em regra, as pessoas que devem ao Estado são pessoas que têm o poder de pagar e que se furtam das maneiras mais criativas para não fazer o cumprimento do seu dever, quem sai prejudicado são os menos favorecidos da população”, sublinhou. O procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, enfatizou o caráter de integração entre o Executivo e o Judiciário para combater o que ele denominou de um dos grandes males da sociedade. “A sonegação fiscal nada mais é do que uma das espécies de corrupção, e ela tem que ser enfrentada pelo Ministério Público, pelo Governo e pelo Judiciário, com firmeza para que nós não possamos permitir que esse tipo de mazela aconteça porque ela é indutora das grandes desigualdades sociais”, afirmou.

- Ontem (11) e hoje (12) quem responde pelo plantão cível é o juiz Antônio Luiz de Almeida Silva (Central de Inquéritos) e, de quarta (13) até domingo (17), o juiz Carlos Henrique Rodrigues Veloso (2ª Vara da Fazenda Pública).
- Já pelo plantão criminal, durante esse período, quem responde é a juíza Maria Eunice do Nascimento Serra (2ª Juizado Criminal), auxiliada pela secretária judicial Letícia Virgínia Campos.